

Identidade, Continuidades e Descontinuidades da Cultura Urbana Portuguesa, Séculos XVIII-XX

Identity, Continuities and Discontinuities of Portuguese Urban Culture, XVIII-XX Centuries

Identidad, Continuidades y Discontinuidades de la Cultura Urbana Portuguesa, Siglos XVIII-XX

Manuel C. Teixeira, CIAUD – Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, manuelcteixeira@gmail.com, Lisboa, Portugal.

Resumo

Uma das principais características do urbanismo de origem portuguesa consiste na adaptação do traçado às características morfológicas do sítio. Podemos observar as estratégias de desenho utilizadas para levar a cabo essa adaptação em múltiplas fundações urbanas, de várias épocas, quer em Portugal quer em territórios ultramarinos.

Nos planos para a reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755, encontramos diversas expressões da síntese da geometria, assumida como princípio regulador, com a adequação ao sítio e às preexistências. Planos subsequentes, dos séculos XIX e XX, mostram uma capacidade muito menor de o plano se articular harmoniosamente com o sítio. Os planos modernistas, a partir dos anos 1950 do século XX, completaram a rotura com a cultura urbana portuguesa. Embora atentos às condições ambientais, observa-se um distanciamento das lógicas de estruturação do território e das preexistências construídas.

A identidade do urbanismo de origem portuguesa foi-se perdendo, tornando-se urgente levar a cabo uma reflexão crítica sobre o urbanismo tradicional português. Tal reflexão deve fundamentar quer a reabilitação dos tecidos urbanos históricos

quer a concepção de novos espaços urbanos, renovando os laços com a nossa identidade cultural.

Palavras-chave: cultura urbana portuguesa; urbanismo tradicional; estratégias de desenho.

Abstract

One of the main characteristics of Portuguese urbanism is the adaptation of the urban layout to the morphological characteristics of the site. One may observe the strategies of design involved in that adaptation in many urban layouts, from different times, built both in Portugal and in colonial contexts.

In the plans for the reconstruction of Lisbon after the earthquake of 1755 one may find different expressions of the synthesis of geometry, assumed as a regulating principle, with the site and built pre-existences. Subsequent plans, from the 19th and the 20th centuries show a much smaller capacity of articulating the urban layout with site. Modernist plans, from the 1950s, have completed the break with Portuguese urban culture. Although attentive to environmental conditions, there is an estrangement from the logics that structure the territory and from built pre-existences.

In the process, the identity of Portuguese urbanism was lost, being urgent to carry out a critical reflection on Portuguese traditional urbanism. Such reflection must be the foundation both for the rehabilitation of historical urban layouts and for the conception of new urban spaces, renewing the links with our cultural identity.

Keywords: portuguese urban culture, traditional urbanism, strategies of design.

Resumén

Una de las principales características del urbanismo de origen portuguesa es la adaptación del trazado a las características morfológicas del sitio. Es posible observar estrategias de diseño utilizadas para llevar a cabo esta adaptación en múltiples fundaciones urbanas, en varias épocas, tanto en Portugal como en territorios de ultramar.

En los planes para la reconstrucción de Lisboa, tras el terremoto de 1755, se han encontrado diversas expresiones de síntesis geométricas, que se eligen como un trazado regulador, adaptado al sitio y a las preexistencias. Planes posteriores, ideados y diseñados en los siglos 19 y 20, muestran una más pequeña capacidad del plan para articularse armoniosamente con el sitio. Los planes modernistas, a partir de los años 50 del siglo XX, completaron la ruptura con la cultura urbana portuguesa. Aunque teniendo en cuenta las condiciones ambientales, es imperativo observarse el alejamiento de las lógicas de estructuración del territorio y de las preexistencia construidas.

La identidad del urbanismo portugués va poco a poco desvaneciéndose. Lo que pone en evidencia la necesidad de llevar a cabo una reflexión crítica sobre el urbanismo tradicional en Portugal. Tal reflexión debe corroborar tanto con la rehabilitación de

tejidos urbanos históricos como con el diseño de nuevos espacios urbanos, renovando lazos con nuestra identidad cultural.

Palavras chave: cultura urbana portuguesa, urbanismo tradicional, estratégias de diseño.

INTRODUÇÃO

Uma das principais características do urbanismo de origem portuguesa consiste na adaptação do traçado às características morfológicas do sítio. Podemos observar as estratégias de desenho utilizadas para levar a cabo essa adaptação em múltiplas fundações urbanas, de várias épocas, quer em Portugal quer em territórios ultramarinos. Essa característica constitui um dos principais factores identitários da cultura urbana portuguesa.

Nos planos para a reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755, encontramos diversas expressões da síntese da geometria, assumida como princípio regulador, com a adequação ao sítio e às preexistências. O plano elaborado por Eugénio dos Santos e António Carlos Andreas é aquele que melhor traduz essa síntese. É um plano com uma estrutura de vias hierarquizada e com uma estrutura de vias bem definida que se ajusta aparentemente sem esforço à topografia e às preexistências. Esta é, contudo, a última situação em que se observam claros elos de continuidade com essa tradição urbana portuguesa.

Planos subsequentes, dos séculos XIX e XX, mostram uma capacidade muito menor de o plano se articular harmoniosamente com o sítio. Os planos de Ressano Garcia para a construção da Avenida da Liberdade e das Avenidas Novas, em Lisboa, são expressão disso. Embora antigas vias de penetração na cidade sejam aceites como limites do plano e outras importantes vias sejam integradas no traçado, como a antiga estrada da circunvalação, noutros casos há uma incapacidade de entender, e muito menos de tirar partido, das características topográficas do sítio. Isso se observa, por exemplo, no local escolhido para a construção da Rotunda do Marquês de Pombal e no traçado das vias que aí convergem, ou na total desarticulação do largo do Andaluz – até então, um nó importante da cidade – com o plano.

No século XX, essa incapacidade de incorporar o sítio natural no plano torna-se mais evidente. O plano de Alvalade, embora ainda seja uma expressão do urbanismo clássico, baseia-se em referências internacionais, mais do que na cultura urbana portuguesa. Nenhuma das vias preexistentes foi tomada em consideração no novo traçado e os antigos edifícios singulares que existiam na zona foram deficientemente integradas no plano.

Os planos modernistas, a partir dos anos 1950, completaram a rotura com a cultura urbana portuguesa. Embora atentos às condições ambientais, observa-

se, contudo, um distanciamento das lógicas de estruturação do território e das preexistências construídas. Nalguns casos, a multiplicidade de vias desniveladas, túneis e viadutos evidenciam a incapacidade de relação com o sítio, da mesma forma que raramente as vias ou as estruturas existentes são integradas ou tomadas como referência para a organização das novas malhas urbanas.

Contrariamente ao que se observa no domínio da arquitectura, em que desde o século XIX existiu uma reflexão continuada sobre a arquitectura tradicional portuguesa, o mesmo não aconteceu no urbanismo. A tradição urbana portuguesa não foi investigada, antes abandonada, abraçando-se modelos internacionais com resultados questionáveis. O resultado é que a identidade do urbanismo de origem portuguesa foi se perdendo, tornando-se urgente levar a cabo uma reflexão crítica sobre o urbanismo tradicional português. Tal reflexão deve fundamentar quer a reabilitação dos tecidos urbanos históricos quer a concepção de novos espaços urbanos, renovando os laços com a nossa identidade cultural.

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DO URBANISMO PORTUGUÊS

O urbanismo português caracteriza-se pela permanência, ao longo do tempo, e numa grande diversidade de contextos geográficos, de um conjunto de características morfológicas e de processos de concepção e construção que definem a sua identidade. São essas características que dão aos espaços portugueses, independentemente do tempo e do local em que foram construídos, e para além das suas óbvias diferenças, o sentido de familiaridade que lhes é comum.

As cidades portuguesas são, por um lado, expressão de princípios vernaculares de organização territorial, caracterizados por uma relação muito próxima com as características físicas do sítio em que se constroem, e que resultavam habitualmente em traçados não geometrizados; por outro lado, as cidades portuguesas são também expressão da cultura urbana erudita, que habitualmente se traduziam em traçados geometrizados que se impunham ao território. O urbanismo português resultou sempre da síntese destas duas componentes: por um lado, a teoria, o plano idealizado, a geometria; por outro lado, a experiência prática e o confronto com a realidade (TEIXEIRA, 2012).

O urbanismo português teve sempre a capacidade de integrar as influências teóricas, em contínua mutação e na sua origem muitas vezes estranhas à cultura local, na sua maneira específica de pensar e de construir a cidade, fundada nas próprias raízes culturais e civilizacionais. Isso significa que em cada momento essa componente erudita, em permanente evolução, se articulava com um fundo de permanência e de estabilidade, que se traduzia numa grande capacidade de entender as características físicas do sítio, numa predisposição para se moldar a esse território, construindo-se com ele e alterando a regularidade original quando necessário.

Ao longo dos tempos, em múltiplos contextos geográficos, em Portugal e no mundo, vemos diferentes expressões dessa síntese, mas apesar desta

diversidade o urbanismo português soube construir uma identidade que se consubstancia num conjunto de invariantes que caracterizam indelevelmente essas cidades. Dessas invariantes, uma das mais importantes é precisamente o modo como os traçados urbanos resultam sempre daquele processo de síntese, através do qual um plano definido a partir de uma estrutura regular, de base geométrica, é subsequentemente adaptado ao sítio, moldando-se às suas características físicas e às preexistências construídas.

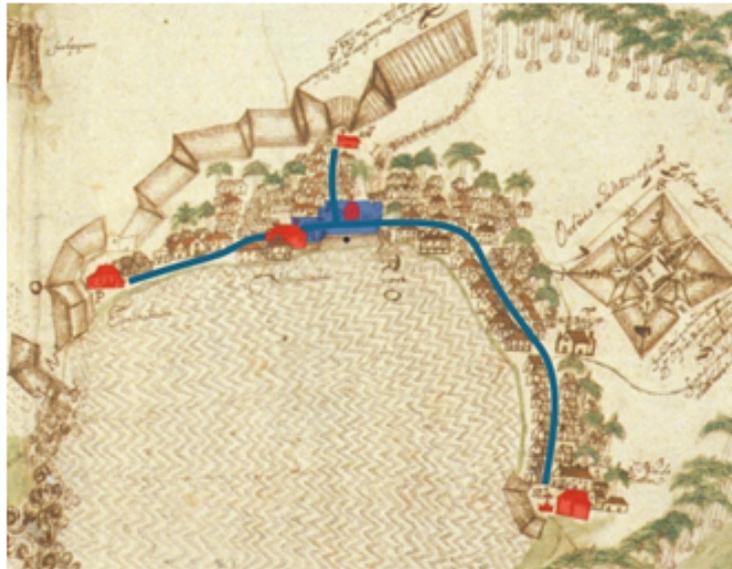
Daqui resultava que as cidades portuguesas raramente eram geometricamente regulares. Apercebemo-nos da sua lógica e da sua regularidade, mas essas eram na maior parte das vezes subvertidas, para se adaptarem ao sítio, às preexistências e às necessidades funcionais, formais e simbólicas. Contudo, essa plasticidade não significava, nem se traduzia em traçados urbanos amorfos. Pelo contrário, as cidades portuguesas eram eminentemente estruturadas e hierarquizadas. Para além disso, eram facilmente legíveis e paisagisticamente ricas.

Podemos observar em múltiplas fundações urbanas, de várias épocas, quer em Portugal quer em territórios ultramarinos, as estratégias de desenho utilizadas para levar a cabo essa adaptação ao sítio. Através da construção das principais vias da cidade sobre as linhas de festo e as linhas de vale, da implantação de edifícios notáveis em pontos topograficamente dominantes, do desenvolvimento de praças nos pontos de articulação das grandes vias estruturantes, ou associadas àqueles edifícios notáveis localizados em pontos singulares, a cidade ajustava-se naturalmente à estrutura do território. As hierarquias e a estrutura fundamental da cidade reproduziam as hierarquias e a estrutura natural do sítio, tornando explícitas as relações entre sítio e plano urbano, entre linha natural e via estruturante, entre local dominante e arquitectura notável, entre ponto singular e praça. As formas de entendimento do território transformavam-se nos códigos de leitura do espaço urbano.



*Figura 1. Lisboa, Portugal.
Edifícios singulares localizados em posições dominantes, ruas construídas sobre linhas de vale e ao longo da margem do rio, praças localizadas no cruzamento de*

vias estruturantes.



*Figura 2. São Tomé, São Tomé.
A estrutura das cidades portuguesas marítimas.*



*Figura 3. Rio de Janeiro, Brasil.
A cidade, baseada numa estrutura regular, adaptada ao sítio e às preexistências.*



*Figura. 4. Salvador da Bahia, Brasil.
A construção da principal via estruturante sobre a linha de cumeada. A localização de praças nos pontos de inflexão da linha de cumeada.*

Desses processos, e das estratégias de desenho adoptadas, resultava uma cidade que não contrariava o sítio e as circunstâncias físicas em que se construía, antes, tirava partido deles e se construía com eles. Uma cidade que não se cristalizava em modelos formais rígidos, que era generosamente aberta a integrar preexistências, a adaptar-se a novas condicionantes ambientais ou novas circunstâncias funcionais ou sociais. Se tanto na arquitectura como no desenho urbano, um elemento definidor da sua qualidade é a capacidade de acomodar futuras transformações, as cidades portuguesas, evidenciando um grande pragmatismo nas soluções adoptadas, eram exemplares na sua capacidade de se adaptarem a novas necessidades urbanas.

Este modo português de construir cidades nunca foi explicitamente teorizado, mas encontramos algumas pistas no que se refere aos processos de concepção, de desenho e de construção, em escritos teóricos de Serrão Pimentel e de Manoel da Maia (PIMENTEL, 1680; MAIA, 1755). Ambos consideravam uma componente essencial do processo de urbanização o confronto com o sítio, em consequência do qual se deviam fazer todos os ajustamentos necessários ao plano, adequando-o mais eficazmente à realidade física e às preexistências construídas. Será este processo que esteve na base de inúmeros núcleos urbanos coloniais.

Mesmo quando esta adaptação ao sítio não se verificava na fase de implantação, a realidade acabava inevitavelmente por se impôr ao plano. Características físicas do território ou preexistências que não haviam sido tomadas em consideração, bem como a distância temporal entre a realização do plano e a sua efectiva concretização, mudanças de prioridades, de objectivos ou de recursos disponíveis, mudanças na estrutura de propriedade ou uma diferente cultura urbana e arquitectónica, implicavam alterações que iam sendo levadas a cabo ao longo do processo de implementação.

Essa tradição urbana portuguesa, que combinava a capacidade de construir com o sítio com uma importante componente de geometria e de regularidade, foi sendo elaborada ao longo de séculos através da intensa prática de urbanização levada a cabo em múltiplos locais por engenheiros militares que combinavam a formação teórica com os conhecimentos práticos acumulados por gerações. A experiência colonial, e a necessidade de adaptar modelos urbanos a vários contextos geográficos e materiais, moldando-os conforme as necessidades, foram determinantes nesse processo. O urbanismo português é o resultado de inúmeras experiências, processos de troca e influências recíprocas levados a cabo em Portugal, nas ilhas Atlânticas, no Brasil, África, na Índia e no Oriente.

Até o final do século XVIII, tais características são claramente legíveis nas cidades de origem portuguesa construídas pelo mundo, independentemente das sínteses específicas que lhes haviam dado origem. Nos diferentes planos pombalinos para a reconstrução da Baixa de Lisboa (OLIVEIRA, 2007) temos o privilégio de ver, como alternativas para um mesmo local, várias dessas sínteses, que iam desde planos que asseguravam uma quase total continuidade das preexistências anteriores ao terramoto, em termos quer de arquitectura quer de traçado, até um plano que se regia por rígidos princípios geométricos, descurando muitas das preexistências locais.

Uma questão que se pode colocar é se esse património de saber prático era reconhecido e acarinhado pelas elites iluministas ou se, pelo contrário, começava a ser rejeitado. Planos da segunda metade de 700 mostram-nos já uma quebra na sensibilidade que encontramos em anteriores propostas: uma menor aproximação ao território, uma menor disposição para moldar o plano, deformando-o, se necessário, para melhor se ajustar à topografia e às perspectivas paisagisticamente interessantes. Vai prevalecendo a geometria e a regularidade dos planos ortogonais, patentes na maior parte dos planos brasileiros desse período, no plano de Vila Real de Santo António ou no plano seleccionado da Baixa de Lisboa.

No século XIX, verifica-se uma ruptura nos modos tradicionais de construção da cidade, com as conseqüentes alterações morfológicas. Com Ressano Garcia, o urbanismo português deixa de atender ao sítio e às preexistências com a mesma atenção de anteriormente. Os modelos adoptados já não são os da cidade histórica e da cultura urbana portuguesa, mas modelos estrangeiros, aceites acriticamente, não assimilados nem articulados com a cultura portuguesa autóctone, como sempre tinha acontecido até então.

A rejeição, em múltiplos campos, dos valores tradicionais da cultura portuguesa que se verificou no início do século XIX, veio a ter expressão também no modo como as nossas cidades se passaram a construir. A luta entre facções políticas na primeira metade do século, foi também um confronto cultural entre aqueles que pretendiam assegurar a continuidade das tradições e da cultura portuguesas, e aqueles que pretendiam a modernização a partir dos ideais da Revolução Francesa e da violenta rejeição daqueles valores tradicionais.

A associação entre cultura tradicional e uma prática social e política de direita irá permanecer até hoje, com uma expressão bastante acentuada no período do Estado Novo, contagiando a prática e o discurso do urbanismo e da arquitectura. Em

termos maniqueístas, que ainda prevalecem, a aceitação de valores culturais tradicionais expressaria uma atitude de direita, enquanto ser progressista implicaria necessariamente a rejeição da cultura tradicional. A realização do Inquérito à Arquitectura Regional, em meados do século XX, veio tornar esse discurso um pouco menos linear, mas ainda pleno de ambiguidades e contradições.

A cidade mudou, no que se refere às suas exigências funcionais, de conforto e de desempenho, aos critérios estéticos, aos agentes envolvidos no seu planeamento e construção, ao próprio quadro legal existente. No entanto, essas mudanças não são maiores do que as que se verificaram entre a cidade medieval e a cidade quinhentista ou entre esta e a cidade barroca, que no entanto sempre souberam acomodar na sua diversidade de referências a continuidade da cultura urbana portuguesa.

OS PLANOS DE EUGÉNIO DOS SANTOS E ANTÓNIO CARLOS ANDREAS

Nos seis planos para a reconstrução da Baixa de Lisboa, após o terramoto de 1755, encontramos diversas expressões da síntese da geometria, assumida como princípio regulador, com a adequação ao sítio e às preexistências. As várias propostas articulam, de diferentes modos, três características do urbanismo português: a resposta atenta às características físicas e às preexistências do sítio em que se constrói, o rigor geométrico que está sempre subjacente aos traçados de estrutura urbana e as referências explícitas à tradição urbana portuguesa. Cada uma das propostas evidencia mais uma ou outra dessas características, traduzindo de forma diferente a síntese de culturas urbanas que está sempre presente no urbanismo português.

O plano elaborado por Eugénio dos Santos e António Carlos Andreas, em que, segundo cremos, este terá tido um papel determinante na sua concepção, é aquele que traduz essa síntese de uma forma mais interessante. É um plano de base ortogonal, com uma estrutura de vias hierarquizada, que se ajusta aparentemente sem esforço à topografia e às preexistências. Estas preexistências são de dois tipos. Por um lado, a memória do traçado anterior ao terramoto, presente no plano através da permanência das praças do Rossio e do Terreiro do Paço como elementos polarizadores, no traçado das ruas longitudinais articulando as colinas, na hierarquia das ruas que percorrem o plano na direcção norte-sul e no modo como estas se relacionam com as duas praças. Este apelo à memória subentende-se, mas não se expressa literalmente no novo traçado. Por outro lado, as preexistências construídas, que são fundamentalmente as igrejas de antes do terramoto que, reconstruídas nos mesmos locais e com as mesmas orientações, são integradas no plano como importantes elementos de referência, tornando-se os pontos fulcrais das perspectivas das ruas e elementos estruturantes fundamentais.

A aceitação das anteriores localizações das igrejas não constituiu um obstáculo à elaboração do plano que, pelo contrário, tira partido dessa situação. O plano consegue explorar formalmente as perspectivas oferecidas pelas igrejas, orientando ruas na sua direcção, e ao mesmo tempo inscreve o traçado numa lógica geométrica muito definida e rigorosamente hierarquizada. A relação com as encostas é feita de uma

forma cuidadosa e subtil, através da acomodação gradual, sem roturas, dos quarteirões laterais à estrutura urbana preexistente e à topografia das colinas. Este plano é o resultado de uma síntese harmoniosa das componentes vernaculares e eruditas do urbanismo português, conseguindo articular de uma forma inteligente o respeito pelas preexistências, arquitectónicas e urbanas, com uma grande regularidade, que está claramente expressa na geometria e nas hierarquias do plano.



Figura 5. Lisboa, Portugal.

Plano de reconstrução da Baixa de Lisboa de Eugénio dos Santos e António Carlos Andreas. A organização da malha urbana em função dos edifícios religiosos preexistentes.

Também no plano para a expansão de Lisboa assinado pelos mesmos Eugénio dos Santos e António Carlos Andreas, juntamente com Carlos Mardel e Elias Sebastião Poppe, é perceptível a mesma preocupação em integrar estruturas urbanas existentes na nova lógica urbana. O plano consiste num conjunto de grandes praças – de forma octogonal, quadrada ou elíptica – onde convergem grandes eixos estruturantes da cidade. Esses grandes eixos, que cruzam a cidade irradiando dessas praças, por sua vez, articulam diversas malhas urbanas ortogonais que cobrem o território da cidade.

Se muitas dos antigos percursos desaparecem sob esse novo traçado, houve, contudo, o cuidado de preservar e de integrar no plano as antigas vias de penetração na cidade. Da mesma forma, enquanto as novas praças se localizam em terrenos anteriormente não construídos, os principais nós de articulação da antiga estrutura viária – como é o caso do largo do Rato, o largo do Andaluz, a Cruz do Taboado ou o campo dos Mártires da Pátria – são integrados na nova lógica urbana, nalguns casos permanecendo basicamente inalterados na sua forma, noutros casos sendo regularizados. Essas são contudo, praticamente as últimas instâncias em que se observam claros elos de continuidade com a tradição urbana portuguesa, numa simbiose bem-sucedida.

A EXPANSÃO DE LISBOA DE RESSANO GARCIA, O PLANO DE ALVALADE DE FARIA DA COSTA

Planos subsequentes, dos séculos XIX e XX evidenciam uma menor preocupação, ou uma menor capacidade, de se articular harmoniosamente com o sítio e as preexistências. Os planos de Ressano Garcia para a expansão de Lisboa nos finais do século XIX são expressão disso. Se, nalguns casos, antigas vias de penetração na cidade foram aceites, nalguns troços do seu percurso, como limites do plano, como é o caso do eixo da rua de Dona Estefânia/Estrada de Entrecampos, e outras são integradas no plano, como a antiga estrada da circunvalação, hoje avenida Duque de Ávila, outras são marginalizadas e ignorada a sua lógica urbana, como acontece com os eixos constituídos pelas ruas das Portas de Santo Antão/São José/ Santa Marta/São Sebastião da Pedreira ou pelas ruas dos Anjos/Arroios.

O mesmo acontece com a relação com o sítio, em que se observa uma incapacidade de entender, se adaptar e tirar partido das características topográficas. Isso é perceptível no local escolhido para a construção da rotunda do Marquês de Pombal, no traçado das vias que aí convergem, particularmente da avenida Fontes Pereira de Melo, construída numa situação topográfica particularmente adversa, ou na total desarticulação de antigos nós importantes na organização urbana da cidade, como o largo do Andaluz.

A referência para esses planos já não é o urbanismo português tradicional, nas suas múltiplas expressões, mas o modelo francês das intervenções Haussmanianas que Ressano Garcia teve a possibilidade de observar. Aluno do primeiro curso da Escola Politécnica de Lisboa, Ressano Garcia frequenta de 1866 a 1869 a École Impériale des Ponts et Chaussées, em Paris (SILVA, 1989). Para além da sua formação académica, Ressano Garcia é testemunha directa das profundas transformações urbanas então em curso na cidade, e que vai tentar reproduzir em Lisboa, adaptadas às realidades económicas, sociais e legais locais. É isso que se expressa na despreocupada fragmentação de malhas urbanas e de antigos percursos da cidade, ou nas preocupações formalistas com a construção da rotunda do Marquês de Pombal, em que, contrariando a topografia do terreno, se investe na simetria das ruas que nela convergem.

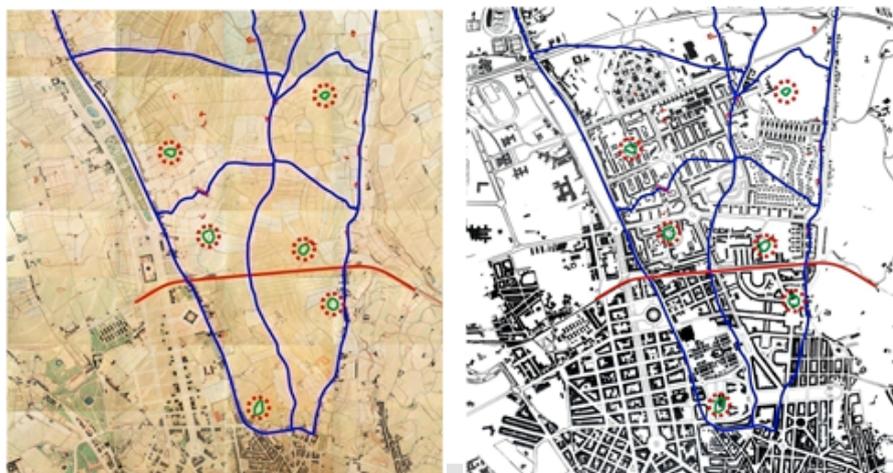


Figuras 6 e 7. Lisboa, Portugal.

À esquerda: Elementos estruturantes do território anteriores ao plano de expansão da cidade de Ressano Garcia. À direita: Os elementos estruturantes preexistentes e o plano de expansão da cidade de Ressano Garcia.

No século XX, essa indisponibilidade para incorporar nos planos o sítio natural e as preexistências torna-se ainda mais evidente. O plano de Alvalade dos anos 40 é expressão dessa atitude. A influência francesa, já presente em Ressano Garcia, foi, também aqui, determinante. Faria da Costa, autor do plano, concluiu o seu curso de Arquitectura em 1933, na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, foi completar a sua formação em Paris, onde frequentou, até 1935, o Institut d'Urbanismo de l'Université de Paris (CAMARINHAS, 2009). Embora ainda expressão do urbanismo das ruas, das praças e dos quarteirões, que irão ser brevemente abandonados, o plano de Alvalade baseia-se fundamentalmente em referências internacionais – da cidade-jardim Americana, a Amesterdão-Sul de Berlage, e às influências francesas de Étienne De Groer – mais do que na cultura urbana portuguesa, que no entanto teria sido fácil de articular.

Na zona de expansão da cidade que antecede imediatamente a área do plano de Alvalade, entre a Alameda Afonso Henriques e a linha de comboio de cintura, incluindo a praça do Areeiro e a praça de Londres, podemos ver ainda as preocupações que houve na adaptação ao sítio e no traçado dos novos arruamentos seguindo a topografia das linhas naturais do terreno. O Instituto Superior Técnico situa-se num ponto topograficamente dominante, a praça do Areeiro situa-se noutro dominante, no final de uma linha que se inicia na Baixa e sobre a qual se implantou a avenida Almirante Reis, e o traçado da avenida Guerra Junqueiro coincide com um percurso já existente.



Figuras 8 e 9. Lisboa, Portugal.

À esquerda: Elementos estruturantes do território anteriores ao plano de Alvalade de Faria da Costa. À direita: Os elementos estruturantes preexistentes e o plano de Alvalade de Faria da Costa.

Pelo contrário, o traçado das novas ruas de Alvalade não tem as mesmas preocupações e os pontos topograficamente dominantes existentes na área do plano não têm qualquer tradução na organização urbana. Nenhuma das vias existentes foi tomada em consideração no novo traçado. A via principal que atravessava toda a área do plano, sensivelmente na direcção sul-norte, não foi considerada no novo traçado. O mesmo aconteceu com os muitos caminhos existentes. As poucas quintas que foram preservadas foram deficientemente integradas no plano. Por sua vez, os pontos topograficamente dominantes desse território não foram seleccionados para a localização de quaisquer edifícios ou situações urbanas privilegiadas.

Se nalguns casos os nós de articulação das principais vias têm ainda uma justificação do ponto de vista da estrutura natural do sítio, como é o caso do cruzamento da avenida de Roma com a avenida dos Estados Unidos da América, noutros casos esses nós situam-se em situações menos justificáveis sob este ponto de vista, como é o cruzamento da avenida da Igreja com a avenida de Roma. As preexistências foram largamente ignoradas e demolidas. Aquelas que sobreviveram, a quinta dos Coruchéus e a quinta dos Lagares del Rei, não foram aproveitadas como pontos fulcrais de percursos ou de perspectivas, como seria habitual nas estratégias do desenho urbano português, antes se situam anonimamente no interior de malhas urbanas. A sua inserção no plano é indiferente à lógica da organização urbana ou parece contrariar essa organização.

Noutros planos de urbanização da época de Duarte Pacheco podemos ainda aperceber a permanência da cultura urbanística portuguesa (Lobo, 1995), mas em breve, num novo ciclo político já de declínio ideológico do Estado Novo, esse urbanismo vai ser veemente rejeitado. Os planos modernistas, concebidos a partir de meados do século, completam a rotura com a cultura urbana tradicional. Embora atentos às condições ambientais, o que constituía um dos preceitos modernistas, observa-se um distanciamento das lógicas de estruturação do território e das preexistências. O espaço urbano é concebido

essencialmente em função das suas exigências funcionais ou económicas, ou de uma lógica formal de inspiração modernista. As referências dessas novas intervenções, de que os Olivais Norte ou os Olivais Sul, dos anos 1950 e 1960, são expressão, para além dos preceitos teóricos da Carta de Atenas, são os múltiplos planos de reconstrução e de expansão de cidades europeias no segundo pós-guerra que rejeitavam o vocabulário do urbanismo clássico.

A SITUAÇÃO CONTEMPORÂNEA. DEZ ESTRATÉGIAS DE DESENHO PARA RETOMAR A TRADIÇÃO URBANA PORTUGUESA

Intervenções recentes, públicas e privadas, apenas têm vindo a acentuar o negligenciar da cultura urbana portuguesa, dando origem a tecidos urbanos desagregados, construídos sem continuidade com a cidade consolidada, sem uma estrutura coerente, não definindo hierarquias, sem elementos de referência estruturantes, funcionalmente segregada e desarticulada, sem desenho dos espaços públicos.

O enquadramento é legal e também, em grande medida, responsável por essa situação, acompanhando e suportando essas transformações, ao permitir vastas extensões de terrenos urbanizáveis e ao substituir planos desenhados por conceitos abstractos e parâmetros urbanísticos como instrumentos reguladores da organização do território urbano. Nas últimas décadas, os instrumentos de planeamento de larga escala vêm substituindo, na prática, os planos detalhados destinados a definir a forma e a estrutura da cidade. Aspectos como a forma, os tempos de concretização dos instrumentos de planeamento e a conformação do espaço público são, em muitos casos, deixados ao critério do acaso ou casuisticamente resolvidos, sem articulação de uma forma coerente e desenhada, construindo a negação da cidade.

O edificado já não se relaciona com ruas ou praças. Os espaços públicos, que eram desenhados, e cenários privilegiados da vida urbana, são substituídos por um espaço contínuo ou por espaços residuais entre edificações, sem forma nem desenho. A localização de funções urbanas centrais e de edifícios singulares é frequentemente aleatória, sem relação com a estrutura urbana, e a relação entre a arquitectura e o plano urbano é deficiente. O papel desses edifícios singulares como elementos de referência do traçado urbano já não é compreendido. Em muitos casos, os novos tecidos urbanos não têm marcos de referência, nem uma estrutura, geométrica, ou outra, perceptível. As vias desniveladas, os túneis e viadutos de algumas situações apenas evidenciam a incapacidade de relação com o sítio, da mesma forma que raramente as vias ou as estruturas existentes são integradas ou tomadas como referência para a organização das novas malhas urbanas. Nesta desarticulação com as estruturas territoriais e naturais que a suportam, a cidade perde continuidade e perde legibilidade.

Se no domínio da arquitectura foi se fazendo uma reflexão sobre a arquitectura popular portuguesa, ainda que com inúmeros equívocos, posições extremadas e interpretações caricaturais, em que entra a habitual crítica a Raul Lino, a hagiografia do Inquérito à Arquitectura Tradicional, o Português Suave, o

suposto esquerdismo dos heróis do Modernismo Português, esse debate nunca aconteceu no urbanismo. A tradição urbana portuguesa não foi investigada de uma forma sistemática, foi simplesmente esquecida, abraçando-se modelos internacionais com resultados questionáveis.

É urgente levar a cabo uma reflexão crítica sobre o urbanismo tradicional português. Tal reflexão sobre os princípios que estiveram na base da estruturação das cidades tradicionais, entendidos e sistematizados, deve estar na base quer da reabilitação de tecidos urbanos históricos, de forma a não deturpar a sua lógica global, os seus elementos estruturantes, as suas hierarquias, os seus elementos de referência, quer da construção de novos espaços urbanos, renovando os laços com a nossa cultura urbana.

O objectivo não é reproduzir, copiar ou mimetizar morfologias urbanas tradicionais, mas tentar compreender os seus princípios subjacentes e reinterpretá-los à luz das condições e das necessidades de hoje. É possível hoje, tal como o foi em todos os momentos históricos, conceber um urbanismo português que esteja simultaneamente enraizado na cultura urbana tradicional e dê resposta às necessidades do tempo.

Nesse contexto, formula-se um conjunto de dez princípios que devem ser tidos em consideração na reabilitação de tecidos urbanos históricos e na concepção e no desenho da cidade contemporânea.

Continuar a cidade existente, criar uma cidade compacta

Os novos espaços urbanos devem ser desenhados e construídos em continuidade com o tecido urbano existente, sem espaços vazios ou terrenos expectantes entre eles. A cidade deve ser compacta, assegurando a densidade de população e de actividades que permitam a geração e a manutenção de uma vida urbana com diversidade de oferta e de oportunidades.

Estabelecer fronteiras legíveis

Os limites entre os espaços urbanos e não urbanos, bem como entre os diferentes bairros, devem ser facilmente reconhecíveis. As diferentes unidades de crescimento da cidade devem ser claramente legíveis, e os conceitos de limite e de porta traduzidos formalmente.

Compreender o sítio, desenhar com o sítio

Os novos tecidos urbanos devem ser desenhados tendo em consideração, e adaptando-se, as características físicas e ambientais dos sítios em que são construídos, bem como a preexistências construídas. As principais vias devem sobrepor-se às linhas naturais do terreno e esses eixos estruturantes devem articular-se em pontos fulcrais, de acordo com a topografia.

Seleccionar locais privilegiados para a localização de funções e edifícios singulares

Os sítios mais importantes, em termos da topografia ou da lógica geométrica subjacente ao plano, devem ser reservados para a localização de edifícios e de funções urbanas excepcionais, e para o desenvolvimento de espaços urbanos singulares a eles associados. Estes edifícios e estes espaços urbanos devem constituir marcos na organização e na referência urbana.

Definir uma estrutura de suporte ao crescimento urbano

O crescimento e a organização da cidade devem ser suportados por uma estrutura geometrizada – uma estrutura de natureza conceptual ou traduzida materialmente – que seja claramente perceptível, na sua lógica e nas suas hierarquias, e que organize o território urbano. Essa estrutura geometrizada deverá tornar-se o suporte de todas as intervenções urbanas e arquitectónicas a realizar.

Definir elementos estruturantes, hierarquizar a cidade

A hierarquia dos espaços urbanos da cidade é fundamental para a definição da qualidade desses espaços. No plano urbano devem ser claramente legíveis os seus principais elementos estruturantes – derivados da topografia ou da estrutura geométrica que lhe está subjacente – bem como as hierarquias funcionais, dos sistemas de percursos e dos nós de articulação da malha urbana. As hierarquias formais e simbólicas devem consolidar as hierarquias funcionais da cidade.

Recuperar a relação entre os espaços construídos e a rua

As relações entre os espaços construídos e as vias de circulação, e entre os espaços públicos, semipúblicos e privados devem ser restabelecidas. Deverá ser possível representar a cidade através de qualquer dos seus diferentes componentes, evidenciando a articulação íntima dos vários sistemas que compõem a cidade.

Reinventar as escalas intermédias da cidade

As escalas intermédias entre o edifício e a cidade devem ser reformuladas. Na cidade histórica, tais escalas intermédias são representadas pela agregação de edifícios em quarteirões, em ruas, em unidades de vizinhança. Tal contribui para um maior sentido de pertença e organiza a cidade em unidades distintas, com afinidades morfológicas.

Desenhar os espaços públicos

Os espaços públicos, mais do que os edifícios, definem o carácter de uma cidade. Os espaços urbanos devem ser desenhados, reconhecíveis morfologicamente, terem funções associadas. Os espaços públicos não podem ser meros espaços intersticiais entre edifícios. As praças devem readquirir o seu papel como principais elementos ordenadores dos espaços urbanos, localizadas em pontos fulcrais, articulando as principais vias e as distintas unidades urbanas, e como locais de implantação das principais funções urbanas e de edifícios singulares.

Restabelecer a relação entre a arquitectura e o plano urbano.

A relação entre o urbanismo e a arquitectura deve ser restabelecida, quer adoptando o vocabulário clássico, definindo hierarquias, eixos, perspectivas, pontos fulcrais, alinhamentos, quer reinventando-o, formulando um novo léxico e novas estratégias de desenho. As hierarquias de edifícios e de espaços urbanos devem reforçar-se mutuamente.

IDENTIDADE, TRADIÇÃO E INOVAÇÃO

Identidade, tradição e continuidade não significam estagnação. Pelo contrário, a contínua adaptação a novas situações, implicando um processo activo de permanente renovação e inovação, é uma condição para a permanência da tradição e da identidade cultural expressa nos espaços urbanos. Mudança é a condição necessária da tradição, através da qual ela pode permanecer viva e continuar a fazer sentido para o mundo contemporâneo.

A reflexão sobre o urbanismo português tem que se situar nesses parâmetros. Só através de um exercício permanente de reinterpretação das nossas raízes culturais, em que a inovação se apoia na tradição constantemente renovada, é possível assegurar uma continuidade de cultura que responda às realidades do nosso tempo e resista à massificação da civilização global.

REFERÊNCIAS

- CAMARINHAS, C. L. T. F. *L'urbanisme de Lisbonne*. Eléments de théorie urbaine appliquée, These de Doctorat, Université de Paris IV – Sorbonne, 2009.
- LOBO, M. S. *Planos de urbanização*. A época de Duarte Pacheco. Porto: FAUP Publicações, 1995.
- MAIA, M. "1ª dissertação sobre a renovação da cidade de Lisboa por Manoel da Maya, Engenh.º mor do Rno", in Ayres, C. (1910) *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no terramoto de 1755*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1755.

OLIVEIRA, M .L. M. F. *Eugénio dos Santos e Carvalho. Arquitecto e engenheiro militar (1711-1760): Cultura e prática de arquitectura, Tese de Doutoramento (Doutorado em Arquitectura) – Universidade Nova Lisboa-FCSHUNL.* Lisboa: 2007.

PIMENTEL, L. S. *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das praças regulares & irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes a architectura militar.* Lisboa: Impressão de António Craesbeeck, 1680.

SILVA, R. H. Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909. In: Silva, R.H. (dir.) *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1989.

TEIXEIRA, M. *A forma da cidade de origem portuguesa .* São Paulo: Editora Unesp, 2012.